ROGÉRIO GRECO

Atividade Policial

Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais

6ª edição

Revista e atualizada até 1º de junho de 2014

EDITORA IMPETUS

Resumo de Atividade Policial

A Editora Impetus tem a satisfação de publicar a 6ª edição de "Atividade Policial: Aspectos Penais, Processuais Penais, Administrativos e Constitucionais", mais uma grande obra do autor Rogério Greco. Nela, ele discute temas até então deixados de lado pela doutrina, mas que dizem respeito, diretamente, ao dia a dia do policial.

Com sua larga experiência na área criminal, o renomado penalista Rogério Greco traz informações jurídicas relevantes relacionadas às questões práticas de operadores das polícias militar, civil e federal. A obra está dividida em três partes: na primeira, Rogério Greco traz ao conhecimento do leitor tópicos (administrativos, constitucionais, penais e processuais penais) específicos sobre a atividade policial; a segunda diz respeito a "Tópicos da parte especial do Código Penal e da legislação especial", onde são analisados temas correspondentes a vários tipos penais, que fazem parte da rotina do policial.

Por fim, a terceira parte foi elaborada, exclusivamente, por policiais com vasta experiência em operações especiais, mostrando suas principais áreas de atuação, bem como a importância da existência de policiais treinados especificamente para atuar em situações excepcionais que envolvam risco extremo.

Na nova edição, o autor também traz as mais recentes alterações legislativas, a exemplo do Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, que instituiu, no âmbito do Ministério da Justiça, o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos; Leis nº 12.830, de 20 de junho de 2013, que dispôs sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia; nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispôs sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situações de violência sexual; nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - SNPCT, criou o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT; e nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, que definiu organização criminosa e dispôs sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova,

infrações penais correlatas e o procedimento criminal, bem como alterou o Código Penal.

Diferenciais da Obra:- Escrita por um dos maiores especialistas de Direito Penal do Brasil.- Indicada para toda atividade policial relativa às polícias militar, civil e federal.- As mais recentes alterações legislativas, a respeito das leis que tratam da investigação criminal conduzida pela autoridade policial, definem organização criminosa, obtenção dos meios de prova, procedimento criminal, instituem banco de dados de perfis genéticos e criam o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Acesse aqui a versão completa deste livro